



## Peticionamento Intermediário - Primeiro Grau



### Atenção

- Prezado FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR, todos documentos foram assinados e protocolados com sucesso. O processo foi protocolado com o número **WEB1.19.01569996-8** em **26/09/2019 14:18:52**.
- Não foi possível enviar o e-mail de confirmação. Se necessário, você pode consultar o serviço "Caixa Postal" para conferência.

### Orientações

- Após a sua petição ser recebida e encaminhada pelo Tribunal, será possível acompanhar o andamento do processo através da **Consulta de Processos Online** existente no portal.

### Peticionante

Nome : FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR

### Protocolo

Foro : Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua  
Processo : 0102195-57.2019.8.06.0001  
Protocolo : WEB1.19.01569996-8  
Tipo da petição : Petições Intermediárias Diversas  
Assunto principal : Seguro  
Data/Hora : 26/09/2019 14:18:52

### Partes

Solicitante : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

### Documentos Protocolados

Petição\* : 2563844\_MANIFESTACAO\_LAUDO - 1-2.pdf  
Documentação : FRANCISCO RODRIGUES DE ARAUJO 2563844 LAUDO ADM - 1.pdf  
Documentação : Comprovante (45) - 1.pdf

### Downloads

Anexar documentos : [Realizar download dos documentos da petição](#)  
Recibo : [Realizar download do recibo](#)



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 01021955720198060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO RODRIGUES DE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, verifica-se **que a lesão apresentada no sistema nervoso central, foi passível de ALTA NEUROLÓGICA, conforme documentação anexada pelo autor, não havendo nexo para tal indenização**, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

**Serviço de Neurocirurgia**  
Instituto Dr. José Frota  
Rua Barão do Rio Branco 1816  
Fortaleza - Ceará

**RESUMO DE ALTA NEUROCIRÚRGICA/ ATESTADO MÉDICO**

Nome: FRANCISCO RODRIGUES DE ARAÚJO	
Sexo: M	Interação: 05/03/2018 Alta Neurocirúrgica: 27/03/2018
Diagnóstico: HEDA + FRATURA DE MIE	
Prontuário: 5552896	GOS-E: 8 TRATAMENTO CIRÚRGICO

**Evolução Clínica:**  
Paciente, 46 anos, vítima de colisão bicicleta-moto no dia 05/03/18. Admitido no IJF com GCS 9. TC de crânio da admissão evidenciou HEDA temporoparietal E. Foi submetido a tratamento cirúrgico na emergência pelo Dr. André Soldati. Encaminhado para enfermaria da neurocirurgia no dia 10/03/18, após alta da SR. Caso discutido com STAFF (Dr. Carlos Vinícius), orientado alta da neurocirurgia e acompanhamento ambulatorial.

**EXAMES E PARECERES:**  
TC de crânio (05/03/18): HEDA temporoparietal E - HSAt + pneumoencefalo.  
Lab (09/03/18): Hb 8,2 Leu 8,9% Coag normal/GH 138/Ur 21-Cr 0,7/K 3,88/Na 138  
TC de crânio (12/03/18): hematomas residual à E + HEDA frontal D + contusão temporal D.  
TC de crânio (20/02/18): hematomas e contusão em processo de reabsorção.

**Hoje:**  
Paciente encontra-se bem clinicamente. Ao exame físico: GCS 15, PPR, MOE normal, sem déficits motores. MIE com tala gessada, FO em bom aspecto e sem sinais flogísticos. Encaminhado para T.O.

**Orientações:**  
- Alta de neurocirurgia, acompanhamento ambulatorial.  
- Retorno ambulatorial Dr. Carlos Vinícius - terças e quintas.  
- 30 dias de afastamento de suas atividades laborativas.  
- Observação domiciliar rigorosa e RETORNO IMEDIATO à emergência se INTERCORRÊNCIAS.  
- ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL PELA ATENÇÃO PRIMÁRIA - POSTO DE SAÚDE.  
- Sugerimos avaliação junto à perícia médica sobre as suas capacidades laborais.

Fortaleza, 27 de Março de 2018.

*[Assinatura]*

assinado digitalmente por JOAO GUIMARAES DA SILVA e Thiana de Jesus da Silva de Jesus, protocolado em 12/07/2018 às 18:51, sob o número 01021955720198060001 e código 428185. site http://reaj.joaosilvaadvogados.com.br/ConfirmaçãoDocumento.do, Informe o processo 01021955720198060001 e código 428185.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 23 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**